

15 — No caso de o concorrente ainda não ser funcionário ou agente, os documentos referidos nas alíneas *d)*, *e)* e *f)* poderão ser substituídos, nesta 1.ª fase, por declaração no requerimento, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, da situação precisa em que se encontra relativamente a cada um desses requisitos.

16 — A falta de apresentação no prazo de candidatura do documento referido na alínea *a)* do n.º 13 implica a inadmissão ao concurso.

17 — Os exemplares do currículo de vida podem ser apresentados até 10 dias úteis após o termo do prazo de candidatura, implicando a sua não apresentação durante aquele prazo a inadmissão ao concurso.

18 — As candidaturas deverão ser dirigidas ao presidente do júri e entregues directamente ou remetidas pelo correio, em sobrescrito registado com aviso de recepção, para a Unidade de Saúde de Ilha do Pico, Largo do Vigário Gonçalo Garcia de Lemos, 9930-126 Lajes do Pico, Açores (telefone: 292679400), contando para todos os efeitos a data do correio neste último caso.

19 — As listas dos candidatos admitidos bem como as de classificação final serão afixadas nos quadros de estilo dos centros de saúde da Unidade de Saúde de Ilha do Pico.

20 — O júri terá a seguinte constituição, sendo o seu presidente substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efectivo:

Presidente — Dr. Álvaro José Alves Manito, assistente graduado da Unidade de Saúde de Ilha do Pico.

Vogais efectivos:

Dr.ª Mercês Maria Mendonça Maciel, chefe de serviço da Unidade de Saúde de Ilha do Pico.

Dr. Jorge Lourenço Saraiva Pereira, chefe de serviço da Unidade de Saúde de Ilha Pico.

Vogais suplentes:

Dr. Ivo Moniz Soares, chefe de serviço da Unidade de Saúde de Ilha do Pico.

Dr.ª Teresa Alexandra Costa Garcia Lima Ponte, assistente de clínica geral da Unidade de Saúde de Ilha do Pico.

9 de Dezembro de 2005. — O Presidente do Conselho de Administração, *Ivo Moniz Soares*.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Despacho (extracto) n.º 26 570/2005 (2.ª série). — Por despacho do vice-presidente do Conselho Superior da Magistratura de 14 de Dezembro de 2005, no uso de competência delegada:

Dr. Francisco José Cachapuz Guerra, juiz desembargador do Tribunal da Relação do Porto a exercer funções de inspector judicial no Conselho Superior da Magistratura — desligado do serviço para efeitos de aposentação/jubilamento. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Dezembro de 2005. — O Juiz-Secretário, *Paulo Guerra*.

TRIBUNAL DE CONTAS

Direcção-Geral

Aviso n.º 11 851/2005 (2.ª série). — Pelo despacho n.º 80/2005, de 13 de Dezembro, do conselheiro Presidente do Tribunal de Contas, foi nomeada auditora-chefe, em comissão de serviço, até 31 de Dezembro de 2007, a técnica verificadora superior principal Helena Cristina Silveira dos Santos, ao abrigo do disposto no artigo 74.º, n.º 1, alínea *m)*, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, e nos artigos 11.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 440/99, de 2 de Novembro, com efeitos imediatos. Junta-se currículo da nomeada.

13 de Dezembro de 2005. — O Director-Geral, *José F. F. Tavares*.

Nota curricular de Helena Cristina Silveira dos Santos

Licenciatura em Direito, na opção de Ciências Jurídicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, concluída em 25 de Junho de 1988.

Frequência de diversas acções de formação, seminários e conferências nas áreas do direito administrativo, financeiro, auditoria, contabilidade e informática.

Exercício de advocacia nas áreas do direito civil, do trabalho e penal (1990-1992).

Prestação de serviço docente no ensino secundário (1991-1992). Início de funções na Direcção-Geral do Tribunal de Contas, em Setembro de 1992, e ingresso na carreira técnica superior do respectivo

quadro de pessoal em 31 de Maio de 1996. Em Dezembro de 1999 transitou para o corpo especial de fiscalização e controlo e, actualmente, detém a categoria de técnico verificador superior principal. Tem desempenhado as suas funções nas áreas da fiscalização prévia e concomitante e colaborou em algumas auditorias realizadas na área da fiscalização sucessiva.

Monitora de acções de formação sobre a fiscalização prévia e concomitante exercida pelo Tribunal de Contas.

UNIVERSIDADE ABERTA

Reitoria

Despacho n.º 26 571/2005 (2.ª série). — Tendo o mestre Paulo Nunes da Silva requerido provas para a obtenção do grau de doutor no ramo de Linguística, especialidade em Linguística Portuguesa, nos termos do artigo 12.º do Regulamento de Doutoramento da Universidade Aberta, de 15 de Fevereiro de 1994, conjugado com o artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro, foram designados os seguintes elementos para fazerem parte do júri:

Presidente — Doutor Mário Carlos Fernandes Avelar, vice-reitor da Universidade Aberta.

Vogais:

Doutora Maria Emília Ricardo Marques, professora catedrática, aposentada da Universidade Aberta (orientadora).

Doutora Ana Cristina Macário Lopes, professora associada com agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (co-orientadora).

Doutora Fátima Oliveira, professora associada com agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Doutora Maria Antónia Coutinho, professora auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Doutora Hanna Batoré, professora auxiliar do Departamento de Língua e Cultura Portuguesa da Universidade Aberta.

Doutora Isabel Maria de Barros Dias, professora auxiliar do Departamento de Língua e Cultura Portuguesa da Universidade Aberta.

9 de Dezembro de 2005. — O Vice-Reitor, *Alexandre Gomes Cerveira*.

UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Serviços de Acção Social

Aviso n.º 11 852/2005 (2.ª série). — Por despacho do Secretário Regional da Habitação e Equipamentos de 21 de Novembro de 2005:

Helena Maria dos Santos Flores Brasil, técnica de relações públicas especialista do quadro de pessoal da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos — autorizada a renovação da requisição pelo período de um ano, com início em 1 de Janeiro de 2006, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 85/85, de 1 de Abril, para exercer funções nos Serviços de Acção Social da Universidade dos Açores. (Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

5 de Dezembro de 2005. — O Administrador, *Francisco Manuel Rosa Coelho*.

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Contrato (extracto) n.º 1718/2005. — Por despacho de 24 de Outubro de 2005 do reitor da Universidade do Algarve:

Licenciado João Filipe Gago Fontinha — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-adjunto, em regime de acumulação, 30%, para a Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 12 de Novembro de 2005, pelo período de um ano, renovável por períodos bienais, auferindo a remuneração ilíquida mensal correspondente ao índice 195.

28 de Novembro de 2005. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso*.